

## PROJETO DE LEI Nº ,DE 2013 (Do Sr. Eleuses Paiva)

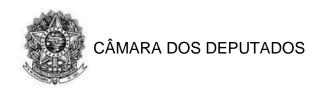
Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação incidentes sobre a receita decorrente da venda no mercado interno e sobre a importação dos medicamentos elencados nas relações instituídas pelo gestor federal do Sistema Único de Saúde - SUS.

## O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.147, de 21 de dezembro de 2000, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-A:

"Art. 2º-A Ficam reduzidas a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação incidentes sobre a receita decorrente da venda no mercado interno e sobre a importação dos medicamentos essenciais elencados nas relações de medicamentos instituídas, nos termos da alínea *d* do inciso I do art. 6º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pelo gestor federal do Sistema Único de Saúde - SUS."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor no primeiro dia do exercício subsequente ao de sua publicação.



## **JUSTIFICAÇÃO**

Este Projeto de Lei tem como objetivo conceder desoneração fiscal para os medicamentos elencados na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - RENAME.

A Rename é instituída pelo Ministério da Saúde, gestor federal do Sistema Único de Saúde - SUS, com base na alínea *d* do inciso I do art. 6º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

A desoneração fiscal ora proposta consiste na redução a zero das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação incidentes sobre a receita decorrente da venda no mercado interno e sobre a importação dos medicamentos.

O benefício fiscal aqui proposto reduzirá os custos dos medicamentos, ampliando seu acesso à população de baixa renda. Essa ação aliviará também o orçamento do Ministério da Saúde, uma vez que o SUS fornece os medicamentos objeto dessa proposição gratuitamente a seus usuários.

Acreditamos que essa ampliação possibilitará, direta e indiretamente, um aumento da qualidade de vida de parcela significativa da população brasileira que depende do uso regular de medicamentos.

Trata-se de uma medida de grande alcance social e inteira justiça fiscal uma vez que beneficiará justamente os mais necessitados e merecedores da atenção do Estado brasileiro.

Diante do exposto e tendo em vista a relevância da matéria para a população brasileira, eu gostaria de poder contar com o apoio dos nobres colegas Parlamentares para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de dezembro de 2013.

Dep. Eleuses Paiva PSD/SP